

Instituto de Planejamento - IPLAN

Acompanhamento de Políticas
Públicas

nº 26

Acesso à Informação: Limites
Culturais do Desenvolvimento
Coordenadoria de Educação e
Cultura

Março de 1990

O Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA) é uma fundação vinculada à Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República (SEPLAN/PR), composta pelo Instituto de Planejamento (IPLAN), Instituto de Pesquisa (INPES) e Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Econômico (CENDEC).

Ministro do Planejamento:	João Batista de Abreu
Presidente do IPEA:	Ricardo Luís Santiago
Diretor do IPLAN:	Flávio Rabelo Versiani
Diretores-Adjuntos:	Francisco Almeida Biato e Solon Magalhães Vianna

Coordenadoria de Agricultura e Abastecimento:	José Garcia Gasques
Coordenadoria de Educação e Cultura:	Divonzir Artur Gusso
Coordenadoria de Emprego e Salários:	Ana Amélia Camarano
Coordenadoria de Desenvolvimento Regional:	Clando Yokomizo
Coordenadoria de Desenv. Urbano e Meio Ambiente:	Edgar Bastos de Souza
Coordenadoria de Indústria e Tecnologia:	Michael Wilberg
Coordenadoria de Minas e Energia:	Otávio de Carvalho Franco
Coordenadoria de Planejamento Macroeconômico:	Eduardo Felipe Ohana
Coordenadoria de Saúde e Previdência Social:	Sérgio Francisco Piola
Coordenadoria do Setor Externo:	
Coordenadoria de Transportes e Comunicações:	Sílvio Caracas de Moura Junior

Setor de Documentação:	Norma Stenzel
Setor de Processamento de Dados:	José Adalberto de Paula Ferreira
Assessoria Editorial:	Maria Lúcia Casasanta Brüzzi

Comitê Editorial do IPLAN:

- . Flávio Rabelo Versiani - Presidente
- . Carlos Monteiro Villa Verde
- . Edgar Bastos de Souza
- . Marcos Reginaldo Panariello
- . Maria Lúcia Casasanta Brüzzi
- . Moysés Tenenblat
- . Sérgio Francisco Piola

Data de Conclusão: Julho de 1989

Tiragem inicial: 500 exemplares

Revisão deste Texto: Reynaldo Domingos Ferreira

Este trabalho é de responsabilidade do(s) autor(es). As opiniões nele contidas não representam necessariamente o ponto de vista do IPLAN, ou da SEPLAN.

Instituto de Planejamento - IPLAN/IPEA
Ed. BNDES, 11º andar, Setor Bancário Sul
70076 - Brasília - DF

ACESSO À INFORMAÇÃO: LIMITES CULTURAIS DO DESENVOLVIMENTO

Ligia Cademartori*

Brasília, 1990

* da Coordenadoria de Educação e Cultura

SUMARIO

	Pág.
1. Introdução	1
2. Acesso à Informação	1
3. Conclusão	16
Referencias Bibliográficas	

SUMARIO

	Pág.
1. Introdução	1
2. Acesso à Informação	1
3. Conclusão	16
Referencias Bibliográficas	

1. INTRODUÇÃO

Se os anos 60 foram marcados por forte normativismo a respeito dos estilos de desenvolvimento, atualmente, os projetos globais foram substituídos pela compreensão da grande complexidade das relações entre os diferentes atores sociais e pela ênfase dada à necessidade de identificação das articulações entre os diversos segmentos.

Decorrentes da crise de representação do sistema partidário, que se tem revelado ineficiente na função de mediação entre as demandas sociais e o Estado, são os atores sociais emergentes que se tornam portadores das novas articulações de interesses coletivos, buscando influir na condição técnica e política. Dessa forma, diferentes discursos atomizam, hoje, o social num entrecruzamento de jogos de linguagem.

É nesse painel político que o acesso à informação plural torna-se condição essencial de participação social, constituindo a dimensão cultural do desenvolvimento. A partir desse enquadramento é que ganham expressão as restrições de acesso à informação diversificada pela grande maioria da população, o que ressalta a supremacia dos meios de comunicação de massa, não só como agentes retóricos, mas como forma de relação social que alcança grande eficácia política.

2. ACESSO A INFORMAÇÃO

A sociedade pós-industrial e a cultura pós-moderna - iniciada no final dos anos 50 com a reconstrução da Europa - caracteriza-se por ser essencialmente informacional. Muitos jogos de linguagem diferentes atomizam, hoje, o social em função do maior ou menor domínio sobre a emissão, circulação e recepção das mensagens. A multiplicidade das fontes de informação surgida nos últimos anos não alterou apenas o processo de circulação do conhecimento. Afetou, também, sua natureza na medida em que o conhecimento passou a ser produzido para ser vendido e, por-

tanto, deixou de ser exclusivamente um valor de uso para ser, também, um valor de troca.

O conhecimento tornou-se, nas últimas décadas, a principal força de produção, agindo sensivelmente na composição das populações ativas nos países mais desenvolvidos e constituindo o principal ponto de estrangulamento para os países ainda em desenvolvimento. A informação constitui o fator decisivo na disputa das capacidades produtivas das nações, uma vez que a circulação de mensagens altamente informativas e fáceis de decodificar tornou-se determinante para o desenvolvimento econômico e social.

A questão da educação, nessa sociedade informacional, caracterizada por Jean-François Lyotard, sofreu uma mudança categórica na medida em que nosso momento cultural não suporta mais a noção de uma educação global a ser transmitida apenas à população jovem e exclusivamente em um período determinado, antes de seu ingresso na vida ativa. Exige-se, hoje, uma alimentação permanente de informação a um público adulto e ativo que necessita de maior competência para responder aos desafios do desenvolvimento. Por outro lado, a população em idade escolar recebe da mídia uma influência bem maior do que aquela que a escola exerce sobre ela e a visão do mundo que forma provém menos da instituição escolar que das indústrias da cultura.

A formação de competências, hoje, exige acesso a dados atualizados e uma permanente articulação de novas informações com as ordens de dados já adquiridas. A escola não tem conseguido realizar de modo competente a tarefa de fornecer tal fluxo de informação e preparar para a permanente prática de novas ordenações de dados. O fluxo de informações dos meios de comunicação de massas revela-se mais eficaz que aquele que se dá no circuito da educação formal, de modo que é fácil reconhecer que o emparelhamento do País com a situação educacional das sociedades desenvolvidas passa também pela distribuição de informação pelos canais de comunicação audiovisual e impressa.

Não se trata de idealizar a cultura de massas e, em especial, a indústria cultural eletrônica, o que já foi sobejamente feito por alguns teóricos da comunicação, numa postura minimizadora da escola e da cultura escrita. A proposta de suplantação revela sua ingenuidade na medida em que a mídia jamais poderá substituir o caráter interativo da aprendizagem escolar e o papel da escola na formação do pensamento crítico. O que se quer ressaltar é a importância de se ter presente a correlação dos diversos meios educativos e a relevância e a efetividade da informação massiva na conquista da modernidade.

Os debates sobre educação precisam, portanto, incorporar às suas questões clássicas o fato de que a formação cultural e educacional não se restringe à capacitação feita na escola. Essa se desenvolve também pela via informal das indústrias da cultura. São essas indústrias que, potencialmente, permitem uma articulação permanente de novas informações às já adquiridas, garantindo condições de desenvolvimento de competências em formação ou já formadas. Portanto, ao lado das questões referentes à eficiência do nosso sistema de educação formal, há aquelas referentes à educação informal, pois essa forma de educação concorre, com vantagens, com a função informativa da instituição escolar, como é desempenhada hoje.

Em 1950, o Brasil entrou na Era da Televisão. Contudo, havia poucos milhares de aparelhos no País, uma vez que apenas as classes mais abastadas das principais capitais tinham acesso às primeiras transmissões. Menos de 40 anos depois, 27,8 milhões de aparelhos televisores distribuem-se entre 18,7 milhões de domicílios, cobrindo 56,0% das residências. Desse modo, a televisão é um dos elementos mais importantes da sociedade de informação já implantada no País (Anuário Estatístico Brasil/ 86 Censo 80).

A televisão não é, contudo, a nossa mídia mais abrangente. Com cerca de 2.500 emissoras instaladas até 1988, o rádio alcança mais que a TV. O Brasil tem 25,4 milhões de domicílios com rádio (76,0%), numa média de 2,3 aparelhos por domicílio.

Além disso, estima-se em 115.000.000 o número de ouvintes potenciais, o que significa uma penetração de 86,0% sobre o total da população (Anuário Estatístico Brasil/86, Censo 80).

É, porém, à televisão que se deve tributar as maiores alterações culturais das duas últimas décadas, influenciando comportamentos, afetando a fala e documentando os principais acontecimentos do País. Mediante a linguagem visual, A TV constituiu-se em poderoso potencial de formação.

A televisão brasileira é financiada pelas empresas anunciantes, o espectador não paga qualquer taxa ou imposto. Avulta, portanto, em nossa televisão, o padrão mercadológico, ênfase que só não existe nas televisões estatais.

A história da televisão brasileira pode ser dividida em três momentos: o da TV ao vivo, o do vídeo-tape e o das redes nacionais. Ao longo desses momentos, a TV alcançou sofisticada tecnologia e uma extraordinária expansão da rede. As expectativas em relação à TV nos próximos anos voltam-se na direção de uma mudança qualitativa a ser alcançada quando se der a descentralização de interesses mediante:

- a) o surgimento de novos canais que dissolvam o caráter oligárquico da TV brasileira,
- b) a existência de maiores opções de programação para os diferentes segmentos sociais,
- c) a ampliação da disputa pelo primeiro lugar na audiência,
- d) a constituição da TV a cabo e da televisão comunitária como alternativas para o modelo monolítico da TV broadcasting.

A despeito das funções informativas exercidas pelo rádio e pela televisão, esses canais, na realidade, - e como injunção de sua natureza comercial - voltam-se, essencialmente, para o entretenimento, caracterizando o que se chama a cultura do espetáculo. Deixam à cultura impressa o papel de assumir relevantemente a função informativa entre os meios de comunicação de

massa. Distinguem-se, ainda, as duas culturas - a impressa e a do espetáculo - pelo aspecto do pluralismo das fontes que marca a primeira e que está ausente da segunda. Ao contrário do rádio e da televisão, que são canais estatais concedidos à exploração privada, a imprensa escrita e a indústria editorial têm sido praticadas pelo setor privado.

A consolidação da sociedade industrial modificou o papel da imprensa, na medida em que não se trata mais, prioritariamente, de formar opinião, mas de ser capaz de traduzir o grande número de informações que circula numa sociedade moderna. Ou seja, o papel da imprensa, hoje, é socializar o fluxo de informações que se dá na articulação dos diferentes setores sociais. Nesta época em que a legitimação depende de uma prática de linguagem e da interação comunicacional, cabe ao "quarto poder", que é a imprensa, selecionar, organizar, estocar e distribuir informações capazes de traduzir a complexidade social.

A nova Constituição assegurou a plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo, de forma que não poderá haver nenhuma lei que embarace a liberdade de imprensa. Vedando qualquer censura, assegura à imprensa um regime legal favorável a seu exercício pleno, mantendo-a livre de restrições à sua liberdade. Portanto, constitucionalmente, o País tem condições de praticar um intenso fluxo de informações. O crescimento da imprensa escrita, porém, não acompanha a expansão da rede nacional de comunicação eletrônica.

Se somarmos os principais jornais do eixo Rio/São Paulo, levando em conta que a tiragem de "A Folha de São Paulo" concorre com a do "O Estado de São Paulo", e somarmos as tiragens de "O Globo", "Jornal do Brasil" e "O Dia" não chegaremos a 2 milhões de exemplares por dia. O Anuário Estatístico do Brasil de 1987 registra uma tiragem anual de jornais diários de 1.698.866.000. Diariamente, a circulação seria de 4.654.427 jornais exemplares. Para uma população de 135.564.000 a relação é de apenas três exemplares de jornal de informação geral para cada 100 habitantes.

A tendência nacional no campo da leitura de jornais é, apenas, ligeiramente ascendente se considerarmos a última década, de acordo com a Tabela I.

TABELA I

BRASIL: População Tiragem Diária e Anual de Jornais e Número de Exemplares por 100 Habitantes
1960, 1970 e 1985

Relação Exemplar Habitante	1960	1970	1985
População	64,2	93,2	135,5
Tiragem Anual	-	1.058,5	1.698,8
Tiragem Diária	4,0	2,9	4,6
Rel. Exemplar 100/habit.	6,2	3,1	3,4

Fonte: Anuário Estatístico do IBGE.

Pode-se considerar o dado, relacionando com o índice de analfabetismo na população de 15 anos e mais, conforme mostra a Tabela II

TABELA II

BRASIL: Índice de Analfabetismo na Faixa de 15 Anos e mais
1970 e 1985

Anos	População Total	Analfabetos 15 anos e mais	%
1970	93.204.000	16.147.000	17,3
1985	135.564.000	18.285.000	13,4

Fonte: Anuário Estatístico do IBGE, 1986.

O índice sofreu uma redução de 23%, entre 1970 e 1985, o que significa aumento da população potencialmente leitora. A relação exemplar/habitante, contudo, cresceu apenas 10% nesses 15 anos. Isso porque, se essa tendência está diretamente ligada ao crescimento da população potencialmente leitora, indiretamente, porém, é determinada por fatores conjunturais de natureza política, econômica e cultural.

A política pública em relação à imprensa é claramente não estatizante. A imprensa estatal caracteriza-se como um veículo de informação pública que não compete com os demais na área da informação utilitária e do lazer. Com postura não intervencionista, o Estado, ao contrário, estimula a privatização e, em princípio, a imprensa escrita - que, ao contrário do rádio e da TV, não é uma concessão - apresenta-se como um canal aberto à atuação plural de todos os segmentos. Contudo, somente a partir da abertura política, em 1985, as diferentes instituições da sociedade civil, como sindicatos, partidos políticos de minoria, movimentos culturais, assim como organizações de minorias étnicas, sexuais e religiosas, passaram a ganhar espaço no sistema brasileiro de comunicação.

A motivação política para a compra de jornais é, portanto, recente e será ascendente na medida em que se solidificar a democracia no País, uma vez que a questão da comunicação confunde-se com a questão do poder político, assumindo a feição de espaço privilegiado para o exercício da política.

Por outro lado, a apreciação dos números referentes à distribuição dos periódicos precisa levar em conta que um jornal custa em torno de US\$ 0,50 e o salário mínimo, até 1988, era inferior a US\$ 40. O preço do papel e das máquinas, assim como o volume da produção, fazem com que um periódico no Brasil custe mais ou menos o mesmo que um similar no Primeiro Mundo, onde o salário mínimo é várias vezes superior.

A renda média do brasileiro - em torno de US\$ 2 mil por ano - somada aos baixos índices de escolaridade - 4,7 anos de

TABELA III
BRASIL: POPULACAO
Pessoas Ocupadas, por Anos de Estudos e por Tipo de Ocupacao,
Segundo as Classes de Rendimento do Trabalho, 1986

Categorias	Classes de Rendimento (Sal. Minimos)				Total do Grupo
	5 a 10	10 e +	S/Rend.	N.D.	
Total	5.083.678	3.416.421	4.284.861	259.826	13.044.786
P/Anos de Estudos					
5 a 9 Anos	1.101.017	1.280.454	1.134.822	5.969	3.522.262
9 a 11 Anos	498.466	692.446	1.640.909	1.949	2.833.770
12 Anos e Mais	685.412	152.598	40.293	4.364	882.667
Indeterminados	54.717	49.097	63.186	1.451	168.451
Sub-Total	2.339.612	2.174.595	2.879.210	13.733	7.407.150
Por Tipo de Ocupacao					
Agricola	480.688	282.442	(*)	50.558	813.688
Nao Agricola	4.602.990	3.133.979	(*)	209.268	12.231.098

Fonte: ISGE, PNAD 1986

Nota: (*) Excluidos

instrução em média-l imita o público dos periódicos e explica o predomínio do rádio e da televisão. Além do que, a ampliação desses dois mercados tem um custo muito mais baixo. Do ponto de vista cultural, é ainda necessário considerar, na baixa relação entre população e tiragem de jornais, a crescente incorporação de contingentes rurais de cultura agráfica à população urbana.

- O desenvolvimento das relações capitalistas no Brasil determinou o combate às altas taxas de analfabetismo e a consequente ampliação da população letrada, antes circunscrita a alguns segmentos da classe dominante e que não incluíam mulheres. A exigência de mão-de-obra qualificada da sociedade capitalista, aliada à concepção neo-iluminista de que a modernização age como fator de democratização, veio valorizar o livro como produto cultural capaz de levar o País ao emparelhamento com centros avançados.

Se somente a partir dos anos 30 pode-se falar de uma indústria editorial brasileira - até então nossas escassas edições eram impressas em Portugal ou na França - a partir dos anos 70 o setor cresceu significativamente entre nós. De 166 milhões de livros editados em 1973, passou-se, em 1977, para 211 milhões, em 1978, a produção atingiu 232 milhões, chegando, em 1979, a 249 milhões de exemplares num total de 13.228 títulos. Portanto, em seis anos, o setor cresceu em 50% (Sindicato Nacional de Editores de Livros - SNEL).

O isolamento de um fator a partir do qual se possa obter um quadro representativo da produção livreira no País, no entanto, sofre impedimento na medida em que essa produção cultural se define pelo interrelacionamento de diversos fatores. Assim, num país em que o livro só foi alçado à condição de mercadoria graças à intervenção do Estado, aspectos políticos e econômicos somam-se numa conjunção a que se deve acrescentar, também, aspectos históricos e institucionais.

O desdobramento de esforços para implantar a tradição do livro em países que, distintamente dos protestantes, não têm nesse veículo a base de sua cultura, não é uma peculiaridade brasileira. Ocorre, também, em diversas nações sul-americanas, asiáticas e africanas, independente dos modelos políticos adotados, embora os objetivos e as metas de tal projeto dependam essencialmente da opção política de cada país.

As sociedades em transformação do Terceiro Mundo, na busca de um padrão ocidental de desenvolvimento, têm investido em programas de leitura cuja finalidade é a popularização da informação impressa que se constitui em monopólio de algumas classes. A realização de tal objetivo, porém, só é viável na medida em que se verifica o efetivo incentivo à alfabetização, à ampliação da rede escolar e à expansão e qualidade do ensino básico obrigatório e gratuito.

A escolaridade, no entanto, não é o único critério de definição do público potencial do livro. Soma-se a ela o nível de renda, uma vez que, com o preço médio do livro em torno de 20% do salário mínimo, a estimativa do consumidor desse bem simbólico tem que levar em conta apenas a faixa de população cujo rendimento seja igual ou superior a cinco salários mínimos. Um entrecruzamento desses dois fatores, num quadro de pessoas ocupadas por anos de estudo e tipo de ocupação segundo as classes de rendimento do trabalho apresenta um total de pouco mais de 13 milhões de pessoas (ver Tabela III).

A contraposição entre o livro e outros meios como a televisão, presente em 56% das residências brasileiras, precisa partir da consideração dessas condições materiais que circunscrevem o consumo de livros a somente 16% da população com mais de 14 anos.

Mas o livro e a escola estabeleceram uma relação de mútua dependência que amplia a faixa do público numa população com menos de cinco anos de escolaridade e sem rendimento salarial. Se a instituição escolar não pode prescindir do livro - único

e, sem dúvida, mais barato meio de assegurar a transmissão de um mínimo de informações por um magistério precariamente formado - o livro encontra na escola o circuito mais conveniente para sua divulgação. Se apenas o Programa Nacional do Livro Didático consumiu 55 milhões do total de 350 milhões de livros produzidos em 1987 (15,7%), é preciso considerar, ainda, a demanda do mesmo produto não coberta pelo PNLD. O universo de primeiro grau é de 25 milhões de discentes. A proporção do programa da FAE é de três livros por aluno, o PNLD cobre 18.300.000 de alunos de primeiro grau: 73% do contingente escolar nesse nível de ensino.

A escola não consome, porém, apenas livro didático. A partir dos anos 70, quando foi diagnosticada uma crise de leitura na educação brasileira, houve um significativo investimento no texto ficcional infanto-juvenil. As editoras, desde então e progressivamente, vêm investindo nesse segmento editorial cujos best sellers atingem a casa de 1 milhão de exemplares por título. Programas de leitura escolar no setor público e privado são promotores significativos dessa produção. Além da aquisição - que, no caso de um programa público como o "Salas de Leitura" da FAE chega a atingir, como ocorreu em 1988, a mais de 1 milhão de exemplares - esses programas, por se apoiarem em divulgação de filmetes pela televisão, constituem importante recurso de promoção do setor com o indiscutível benefício para o mercado editorial.

Os diferentes programas de aquisição de livros no País cumprem ainda dupla função compensatória: benefício indireto às classes populares e neutralização da ineficiência da escola. Ganham sentido na medida em que a escola não é igualitária: sua eficiência é condicionada pela camada social a que serve e pela região geográfica em que se situa. É nessa medida que os programas destinam-se, prioritariamente, a escolas carentes de periferia, e significam, em última análise, um reconhecimento implícito da discriminação.

Se o beneficiário final dos programas de leitura é a criança carente, sem dúvida, é o capital privado que se beneficia mais diretamente com a iniciativa, uma vez que 83,0% do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) está na mão de cinco fornecedores. Neste, como nos demais setores culturais, observa-se a concentração da produção em um número bastante restrito de empresários (FAE - Relatório 1987, p. 31). Por outro lado, a aquisição centralizada na FAE tem permitido adquirir livros por um preço médio impraticável nos canais de comercialização corrente: em torno de 70,0% de desconto. A aquisição em larga escala, na verdade, é indissociável da centralização de seu processamento e, também, da relação comprador/vendedor, o que vem determinar a concentração da política do livro didático num só órgão federal. Pelo lado da oferta, gera a concentração da produção em poucas editoras que têm áreas especializadas de atendimento ao mercado institucional do livro didático.

Se o percentual de desconto praticado nessa aquisição é considerável, é preciso aquilatar a vantagem do ganho de escala. A alta concentração em um mercado limitado pode levar, isto sim, a práticas oligopólicas pela desproporção entre empresas concorrentes.

Nessa medida, a escolha do livro didático pelo professor foi um passo importante na democratização do processo. Esbarra, contudo, em dois fatores que se entrecruzam: a relatividade da liberdade de escolha por um professor despreparado e o desconhecimento da qualidade do produto. Sendo assim, o fator determinante da escolha e da aquisição passou a ser a indução publicitária que não exclui outras formas menos regulares de pressão junto ao magistério.

A efetiva democratização do processo de escolha do livro didático é inseparável do investimento na capacitação do docente, perspectiva a partir da qual se define o papel dos órgãos do Governo federal nessa direção: definição de políticas, diretrizes e estratégias para o circuito do livro na escola.

O ponto central da questão reside em fazer com que os destinatários do processo sejam sujeitos ativos na relação livro/usuário, o que, sem dúvida, conduzirá ao aproveitamento mais efetivo do produto. Por outro lado, além dessa dimensão individual de aproveitamento do livro, há que se considerar o aspecto comunitário. Nenhuma esfera da comunidade tem sido envolvida no processo deflagrado na sede do Governo central.

Um avanço nessa direção está sendo praticado programa da FAE - Salas de Leitura - que, em trabalho interministerial com o Instituto Nacional do Livro (MINC), está investindo na criação de bibliotecas escolares com o envolvimento das prefeituras municipais. Os prefeitos interessados cadastram seu município no órgão central. Um trabalho de divulgação nacional informa a população do município sobre esse programa que, em 1988, implantou em torno de 10 mil bibliotecas escolares.

Enquanto a FAE tem por população alvo o público escolar, o atendimento à comunidade mediante bibliotecas públicas é tarefa do Instituto Nacional do Livro (INL). O INL tem convênio com mais de 3 mil municípios brasileiros, mas uma participação inexpressiva na vida cultural dos municípios, uma vez que não dispõe de recursos compatíveis com seus objetivos, qual seja, ser um instrumento a serviço da expansão do livro no País. Afetado por problemas financeiros, técnicos, de recursos humanos e político-administrativos, o INL, que, na realidade, atende a um público escolar, tem-se visto impedido de atuar nos planos de desenvolvimento municipal a partir da biblioteca enquanto um serviço público básico. Além disso, impossibilitado de expandir-se, não atinge aos 1.450 municípios brasileiros que não têm uma biblioteca pública.

As bibliotecas públicas, por sua vez, sofrem quatro problemas principais:

- a) acervos que não correspondem à necessidade de informação de seus usuários,
- b) recursos humanos insuficientes e não qualificados,

- c) desvinculação do planejamento municipal,
- d) inatividade como centro cultural da comunidade.

A despeito das restrições orçamentárias, o INL vem investindo na sua dinamização em convênios com a UNDIME (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação) e a FAE.

Sua proposta de instituição do "cheque-livro" constitui uma modalidade alternativa de financiamento do livro pelo Estado. Trata-se da concessão, pelo Instituto, de auxílio financeiro na forma de "cheque-livro" mediante os quais as bibliotecas possam fazer a aquisição dos volumes de seu interesse diretamente das livrarias locais, quando existirem, ou de qualquer ponto de comercialização do livro no município.

O Programa conta com recursos oriundos do Instituto de Promoção Cultural, provindos da Lei 7505 (Lei Sarney) e é conveniado com a Câmara Brasileira do Livro, responsável pela confecção e fornecimento dos cheques ao INL, assim como pelo resgate junto às livrarias. Seu mérito consiste, principalmente, em envolver a comunidade no processo de duas formas:

- a) na escolha e definição do acervo, o que estimula um gradativo envolvimento com o setor,

- b) na ampliação ou criação de pontos de venda de livros no município em um País proverbialmente carente de livrarias.

O PNLD apresenta em seus créditos um poder de barganha assegurado pelo grande porte das compras. No entanto, estrangula o circuito de distribuição, centralizando a comercialização. O Programa Cheque Livro não poderá praticar os altos índices do PNLD mas, por outro lado, será um agente de promoção da rede de distribuição do livro no País, abrindo oferta para outros públicos.

Se a segunda maior editora do País em faturamento (US\$ 24,8 milhões) lidera o comércio do livro didático, o primeiro lugar fica com uma editora que não tem vínculo com a escola e

que atinge a um público inexplorado pelo mercado convencional de livrarias e bancas: os "Círculo do Livro". A partir de 1987, o Círculo do Livro tornou-se a maior editora do País com um faturamento de quase US\$ 27 milhões. Nascido de uma associação da maior editora de revistas do País - a Abril - com a multinacional alemã Bertelsmann, o Círculo do Livro é uma alternativa de distribuição que teve um crescimento de 41,0% de 1986 para 1987 (Fonte: Jornal cor Leia). Esse dado importa na medida em que vem atestar a existência, no Brasil, de um público já suficiente para o consumo de obras diversificadas, que não depende do circuito de distribuição escolar e que se serve de uma modalidade alternativa de distribuição do livro. Os best sellers cultos, surgidos nos últimos anos, vêm, também, confirmar o surgimento de um novo público.

Contudo, se o setor vem crescendo a partir da década de 70, sua expansão não pode ser comparada, devido à restrições de escolaridade e de rendimento da população, a de meios de comunicação da cultura de massa como o rádio e a TV. No entanto, cabe reconhecer que esses meios podem agir - e eventualmente o fazem - como fator de promoção do livro num País que ainda tem como desafio a ampliação de seu público leitor.

3. CONCLUSAO

São os fatores de baixa renda e reduzida escolaridade da população que conferem ao rádio e à televisão o papel que ocupam no sistema de comunicação do País. O surgimento de novos atores sociais, contudo, permite prever-se uso mais sistemático, por parte das instituições, de influência junto à mídia eletrônica, o que conduziria a uma alteração de qualidade da mensagem desses meios pela diversificação dos interesses atuantes sobre elas. Paralelo a esse fator, há ainda, o da expansão do narrowcast - TV a cabo, videocassete, comunicação por satélite - e igualmente significativo, como reação ao cartorialismo que empregava esses meios, é o gradativo interesse da sociedade

pelos mecanismos de concessão pelo Estado de canais de comunicação.

A informação de massa pela televisão e pelo rádio constitui a única realidade informativa para amplos segmentos sociais aliados da informação impressa e plural. De modo especial, é a televisão que projeta sua retórica como realidade do mundo para uma população que não acede a outra experiência partilhada que possa torna-se uma possível contrapartida à mensagem televisiva.

O cotejo entre as condições materiais e institucionais dos setores público e privado, na área cultural, torna evidente a desproporção da influência exercida pelas duas esferas. O País conta com uma indústria cultural de grande abrangência e ações culturais públicas assistemáticas e pouco representativas, uma vez que nenhuma ação cultural significativa, em termos de penetração popular, poderá ser realizada sem o recurso aos canais de massa. A própria estrutura administrativa do Ministério da Cultura, no entanto, impede o órgão de interferir nos canais de maior penetração, uma vez que os rádios e televisões estatais ficam fora de sua jurisdição e alcançam baixos índices de audiência. Em contrapartida, como se procurou demonstrar, a ação do Estado no setor de cultura impressa tem sido de maior significação, uma vez que, via Ministério da Educação, tem investido na polarização da leitura entre o contingente escolar.

O que, porém, cabe ressaltar em relação ao acesso à informação no País, é a extrema circunscrição de acesso ao produto cultural diversificado: privilégio que atinge apenas a 15% da população. Os demais encontram na mídia eletrônica de tendência monopolizante a única resposta às suas demandas de informação, formação e entretenimento, de tal forma que é através dela que se desenvolve a educação informal do povo brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ANVERRE, A. et alii. - *Indústrias Culturales: el futura de la Cultura en Juego*. Paris: UNESCO, 1982.
2. CAMILLERI, C. - *Antropologia Cultural y Educacion*. Paris: UNESCO, 1985.
3. CAPARELLI, S. - *Comunicação de Massa sem Massa*. São Paulo: Summus, 1986.
4. DEMO, P. - *Dimensão Cultural da Política Social*. Recife: Massangana, 1982.
5. DINES, A. - *O Papel do Jornal*. São Paulo: Summus, 1986.
6. ENZENSBERGER, H. M. - *Elementos para uma Teoria dos Meios de Comunicação*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979.
7. FREITAG, B. - *Política Educacional e Indústria Cultural*. São Paulo: Cortez, 1987.
8. ---. - *O Livro Didático em Questão*. São Paulo: Cortez, 1989.
9. GIROUX, H. *Escola Crítica e Política Cultural*. São Paulo: Cortez, 1987.
10. GOLDENSTEIN, G. T. - *Do Jornalismo Político à Indústria Cultural*. São Paulo: Summus, 1987.
11. LYOTARD, J. F. - *O Pós Moderno*. Rio de Janeiro: José Olimpio, 1986.
12. MACEDO, C. et alii. - *Tv ao Vivo*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
13. MINISTÉRIO DA CULTURA. *Economia da Cultura: Reflexões sobre as Indústrias Culturais no Brasil*. Brasília: 1988.
14. ROSENBERG, B. e WHITE, D. M. - *Cultura de Massa*. São Paulo: Cultrix, 1973.
15. SOMAVIA, J. et alii. - *A Informação na Nova Ordem Internacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
16. SUBIRATS, E. - *A Cultura como Espetáculo*. São Paulo: Nobel, 1989.
17. TEIXEIRA COELHO. - *Usos da Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ANVERRE, A. et alii. - *Indústrias Culturales: el futura de la Cultura en Juego*. Paris: UNESCO, 1982.
2. CAMILLERI, C. - *Antropologia Cultural y Educacion*. Paris: UNESCO, 1985.
3. CAPARELLI, S. - *Comunicação de Massa sem Massa*. São Paulo: Summus, 1986.
4. DEMO, P. - *Dimensão Cultural da Política Social*. Recife: Massangana, 1982.
5. DINES, A. - *O Papel do Jornal*. São Paulo: Summus, 1986.
6. ENZENSBERGER, H. M. - *Elementos para uma Teoria dos Meios de Comunicação*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979.
7. FREITAG, B. - *Política Educacional e Indústria Cultural*. São Paulo: Cortez, 1987.
8. ---. - *O Livro Didático em Questão*. São Paulo: Cortez, 1989.
9. GIROUX, H. *Escola Crítica e Política Cultural*. São Paulo: Cortez, 1987.
10. GOLDENSTEIN, G. T. - *Do Jornalismo Político à Indústria Cultural*. São Paulo: Summus, 1987.
11. LYOTARD, J. F. - *O Pós Moderno*. Rio de Janeiro: José Olimpio, 1986.
12. MACEDO, C. et alii. - *Tv ao Vivo*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
13. MINISTÉRIO DA CULTURA. *Economia da Cultura: Reflexões sobre as Indústrias Culturais no Brasil*. Brasília: 1988.
14. ROSENBERG, B. e WHITE, D. M. - *Cultura de Massa*. São Paulo: Cultrix, 1973.
15. SOMAVIA, J. et alii. - *A Informação na Nova Ordem Internacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
16. SUBIRATS, E. - *A Cultura como Espetáculo*. São Paulo: Nobel, 1989.
17. TEIXEIRA COELHO. - *Usos da Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.